

Comportamento antissocial nos jovens como sequela da privação: contribuições da clínica winnicottiana para as políticas públicas

Rosana Onocko-Campos^(a)

Onocko-Campos R. Juvenile anti-social behavior as deprivation consequence: Winnicottian clinical contributions for public policies. *Interface (Botucatu)*. 2018; 22(67):1091-8.

Following the path between Psychoanalysis and Public Health, this article uses several categories of the Winnicottian clinical theory to rethink the approaches of the Brazilian public policies for juvenile offenders and their families. Many young people are currently dealing with violence-related problems in Brazil. For the psychoanalytical clinical approach based on the contributions of D. W. Winnicott, this problem arises from a failure during the initial narcissistic phase of development. The article also analyses the drawbacks of these policies within the current context with an aim at providing information to achieve the desired effectiveness for these practices, and to prospect suitable educational processes for health and social workers. It is expected to contribute to a proper and fertile intersection of different disciplinary fields, thus putting Winnicott's psychoanalysis in contact with urgent issues of our time, as recent international publications have addressed in this area.

Keywords: Young people. Psychoanalytic clinics. Public policies. Public health. Winnicott.

Este artigo, trilhando uma rota entre a Psicanálise e a Saúde Pública, utiliza várias categorias da clínica winnicottiana para repensar as abordagens das políticas públicas brasileiras para jovens infratores e suas famílias. Há muitos jovens que lidam com problemas de violência no Brasil de hoje. Para a abordagem clínica psicanalítica baseada nas contribuições de D. W. Winnicott, esse problema surge de uma falha na fase inicial, durante o desenvolvimento narcísico. O artigo também analisa os obstáculos dessas políticas no contexto atual e busca fornecer informações para obter a eficácia desejada dessas práticas e para projetar processos educacionais adequados para trabalhadores sociais e de saúde. Espera-se contribuir para um entrecruzamento incipiente, mas fértil, de campos disciplinares diferentes, colocando a Psicanálise de Winnicott em contato com questões urgentes de nosso tempo, como tem se visto em algumas publicações internacionais recentes no campo.

Palavras-chave: Jovens. Clínica psicanalítica. Políticas públicas. Saúde Pública. Winnicott.

^(a) Departamento de Saúde Coletiva, Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas. Rua Tessália Vieira de Camargo, 126. Campinas, SP. Brasil. 13083-887. rosanaoc@mpc.com.br

Introdução

Existe grande quantidade de jovens às voltas com problemas de violência no Brasil. A imensa desigualdade social brasileira tem feito de muitos desses jovens as principais vítimas de uma guerra não assumida pelo poder público, mas que tem, ano a ano, vitimado jovens de bairros pobres, na sua maioria de raça negra e com poucos anos de educação formal.

Grave e preocupante é a tendência crescente dessa vitimização homicida na faixa de 16 e 17 anos de idade: de uma taxa de 9,1 homicídios por 100 mil jovens em 1980, pula para 54,1, em 2013, crescimento de 496,4% no período. De responsável por 9,7% da mortalidade nessa faixa etária em 1980, passou para 46% em 2013. Para os dias de hoje, 2015, a estimativa é que metade das mortes de nossos jovens de 16 e 17 anos será por homicídio.¹ (p. 5)

Segundo esse estudo, 93% dos jovens entre 16-17 anos assassinados eram homens. Morreram proporcionalmente 173,6% mais negros do que brancos, em 2013. A maioria dessas vítimas possuía entre um e sete anos de estudo, abaixo da média nacional para a idade.

Ao mesmo tempo que esses jovens se tornam vítimas de uma sociabilidade atravancada, na mídia e no senso comum, eles são considerados responsáveis pela violência e pela criminalidade. Muitos jovens “infratores” pagam com sua vida – ou com reclusão – algumas de suas transgressões. Outros tornam-se – de fato – criminosos. Reverter esse quadro preocupante e que está se naturalizando em nossa sociedade é um imperativo ético para com as gerações futuras. Que abordagens poderiam contribuir para lidarmos com essa juventude? Como têm operado nossas políticas públicas até agora?

O relatório do Mapa da Violência no Brasil se encerra com o seguinte parágrafo:

Hoje, 17 anos depois da divulgação do primeiro Mapa da Violência, em 1998, vemos com enorme preocupação que os mesmos argumentos de culpabilização são esgrimidos na tentativa de fundamentar a diminuição da maioridade penal, alavancados pela fúria de certa mídia sensacionalista e pela enorme inquietação da população diante de uma realidade cotidiana cada dia mais complicada e violenta. Esquece-se, de forma intencional, que não foram os adolescentes que construíram esse mundo de violências e corrupção. Esse está sendo nosso legado. Devem ser eles a pagar a conta?¹ (p. 12)

Winnicott – pediatra e psicanalista inglês – chamou a atenção para a saudável (porém, muitas vezes difícil de suportar) tensão que os adolescentes trazem à sociedade desde tempos imemoriais. Ele refletiu sobre a necessária mistura entre rebeldia e dependência que caracteriza essa fase da vida, atribuindo às lutas e reivindicações juvenis parte importante dos estímulos para a mudança social.

Pretendemos, neste artigo, explorar algumas categorias da clínica winnicottiana para contribuir no enfrentamento desse grave problema de Saúde Pública. Não se trata de uma extrapolação linear de conceitos psicanalíticos às teorias macrosociais, nem se pretende produzir “psicologização” de transformações sociais complexas. Almeja-se, isto sim, contribuir para um incipiente – porém fértil – entrecruzamento de campos disciplinares, colocando a Psicanálise winnicottiana em contato com questões urgentes de nosso tempo. No contexto internacional, vários estudos vêm sendo desenvolvidos utilizando as contribuições da Psicanálise winnicottiana para compreender a expansão do mercado de consumo, a nova ordem social e questões clínicas emergentes²⁻⁴.

Tendência antissocial

Começamos estas reflexões revisitando alguns textos do Winnicott nos quais ele distingue entre tendência antissocial e delinquência e enfatiza que a tendência antissocial não é um diagnóstico. Como bem nos lembra, essa tendência pode aparecer episodicamente em pessoas neuróticas ou psicóticas, tendo significados diferentes em cada caso. Mas, o mais importante para Winnicott é perceber que essa tendência é um sinal de que a esperança persiste viva nesses sujeitos e que é chamando a atenção

por meio de suas infrações que esses jovens fazem um apelo ao ambiente para receberem ajuda de pessoas fortes, amorosas e confiantes.

Esses gestos são sinais de que o ambiente é importante. A capacidade de se controlar é sempre desenvolvida em um lar (o que não equivale a qualquer casa, lembra-nos Winnicott) e, se tudo correr bem, isso contribuirá para a criação de um “ambiente interno”.

Há muitos testemunhos de como essa capacidade, uma vez desenvolvida, permite sobreviver a situações extremas. Relatos de pessoas em campos de concentração, submetidas a tortura ou isoladas na intempérie – em muitos casos – apontam a essa capacidade de estar só (porém, com esperança, sem vazio interior) como uma das condições que tornaram suportável o inimaginável⁵.

No caso da tendência antissocial, há uma relação com a privação na primeira infância (entre 1-2 anos de idade) de algo que – anteriormente – foi vivido como bom. Para Winnicott⁶, essa tendência se apresenta como sintomatologia em duas direções:

- como procura do objeto, e aí ele localiza os roubos e furtos, mas também as compras compulsivas, por exemplo, algo muito mais evidente em nosso contemporâneo do que em sua época. Para Winnicott, os presentes de aniversário e as mesadas poderiam ser compreendidos como tentativas socialmente aceitas de “tratar” disso. No mundo de hoje, perguntamo-nos se a adolescência eterna de alguns jovens não tem a ver com esse gesto entre reparador e culpado – ambíguo – de muitos pais.

- e se apresenta também como destrutividade: quebradeira de coisas, bagunça. Gestos que procuram por acolhimento e suporte e que podemos facilmente reconhecer em inúmeras festas de jovens. Esse reconhecimento torna-se mais difícil quando essa destrutividade emerge associada com desigualdade extrema e reivindicações agressivas. A festa bagunceira do adolescente filho do vizinho do lado resulta em algo muitas vezes desagradável, mas compreensível. “Rolezinhos” de jovens pobres nos *shoppings* da classe alta deixam todo mundo em pânico e poderiam ser tomados como exemplo da situação descrita.

Para compreender essa falha que estamos chamando de privação, é útil revisitar o papel da mãe ou figura materna na fase precoce do bebê.

A mãe que cuida e ama é, também, aquela que sente incômodo pelo seu bebê. O bebê quer mamar e faz xixi. O bebê se suja e a obriga a perder horas de sono, etc. A inclusão desses aspectos ambíguos da mãe em nossas reflexões parece bem importante, pois circula um winnicottismo pasteurizado (com permissão do neologismo) que equipara materno e maternante a bondoso ou bonzinho, com todos os problemas clínicos que essa concepção teórica errada pode trazer.

Enfim, voltando à mãe, ela deve ser bem-sucedida em se adaptar às necessidades do ego do bebê, diz Winnicott, mas ela sempre falhará ao se adaptar às necessidades do id. A mãe que consegue dar suporte ao ego de seu bebê realiza uma terapia bem-sucedida do complexo de privação. O primeiro sintoma pode ser caracterizado pelo que Winnicott chama de “avidez” do bebê (e que ele distingue da voracidade, mais precoce). A avidez cura-se com mimos. Assim, **o amor materno é uma terapia a respeito da omissão do amor materno**. Como vemos, o papel que Winnicott⁷ outorga às mães reais nada tem a ver com a idealização da maternidade que se faz por aí.

Nos casos em que se instala uma tendência antissocial, provavelmente o bebê teve na ocasião a maturidade suficiente para perceber que a causa do desastre residiu em uma falha ambiental, e é por isso que buscará a cura por meio de novos suprimentos ambientais. O problema é que esses sujeitos são incapazes de utilizar esses suprimentos caso lhes sejam oferecidos. A sua tendência destrutiva testará o ambiente repetidamente em sua capacidade para suportar a agressão, impedir ou reparar a destruição, tolerar o incômodo, fornecer e preservar o objeto. Em suma: sobreviver. Voltaremos a isso.

Agressão

Quando forças cruéis ou destrutivas ameaçam dominar as forças de amor, o indivíduo tem de fazer alguma coisa para salvar-se, e uma das coisas que ele faz é pôr para fora o seu íntimo, dramatizar exteriormente o mundo interior, representar ele próprio o papel destrutivo e provocar seu controle por uma autoridade externa⁶. (p. 99)

A agressividade é quase sempre essa dramatização da realidade interior quando é ruim demais para ser tolerada como tal. Os indivíduos normais fazem sozinhos o que os mais doentes só podem realizar por meio de muita ajuda e tratamento. Converter em bem, na vida real, o que era dano na fantasia inconsciente pressupõe uma atividade razoavelmente integrada das coisas internas do sujeito. Portanto, o ódio ou frustração ambiental despertará reações diferentes (controláveis ou não) conforme o montante de tensão que exista na fantasia inconsciente de cada sujeito.

É triste perceber que no nosso contexto educacional, por exemplo, as pessoas a cargo das quais estão as crianças não são preparadas para lidar com essa dificuldade, esperando-se delas que simplesmente “controlem ou coíbam” as agressões. Dessa maneira, cada vez que esse não reconhecimento da esperança, que implica o gesto destrutivo, ocorre, é como se fosse lançada ao mar uma garrafa cuja mensagem não será lida nunca... e se alimenta o mito das crianças incontroláveis, às quais serão dados medicamentos no momento oportuno, como um atestado de incompetência de nossa sociedade adulta.

É tarefa dos adultos impedir que essa agressão fuja ao controle. Espera-se de nós, adultos, que possamos oferecer uma autoridade confiante e dentro de cujos limites um certo grau de maldade possa ser experimentado sem perigo (as brigas e as fofocas dentro das turmas de amigos se incluem aí). Cabe a nós, adultos, empreender uma retirada gradual desse lugar de autoridade, tarefa difícil para muitos pais de adolescentes e também para um sem número de educadores.

Por que difícil? Porque muitos desses pais e educadores estão eles próprios – ainda – às voltas com restos não amadurecidos de seu eu infantil, eles mesmos precisando da reparação narcísica que o amor dos jovens (sob a forma de obediência e/ou de admiração) possa lhes trazer. Muitas das dificuldades que muitos pais têm em dar aos seus filhos adolescentes limites firmes (porém amorosos) residem nessa fragilidade egoica dos próprios pais.

Contudo, o pior que poderia acontecer seria deixar essas crianças e adolescentes sozinhos no exercício da autoridade. Para Winnicott⁶, isso é fonte de autoritarismo, ditadura. Uma criança poderá facilmente se tornar cruel se sobrecarregada com essas funções. E não seria algo disso o que sofrem muitos jovens em comunidades carentes, nas quais a retirada do Estado tem feito quase que obrigatório que os irmãos mais velhos se tornem responsáveis pelos mais novos?

Winnicott achava que a Inglaterra contava com os tempos de guerra para colocar a agressão adolescente a serviço da nação, e se perguntava – preocupado – o que aconteceria após a bomba atômica ter marcado o fim das grandes guerras. Ele cogitava se o aumento das brigas de ruas e de gangues, dos anos 1960, não guardaria relação com essa perda de um motivo socialmente louvável para descarregar a agressão juvenil.

Para Winnicott, a única esperança encontrava-se nas atividades culturais e de grupo, como o sucesso dos Beatles (ele chega a se perguntar – surpreso – como alguns adultos da época poderiam ser contra os Beatles, pergunta que poderíamos sem dúvida ecoar!)⁷.

Na periferia das grandes cidades brasileiras, ou no alto dos morros, carecem atividades culturais e esportivas. Poucos projetos sociais conseguem – mas quando o fazem, são bem-sucedidos – engajar os jovens em propostas de criação e mudança. Arte e cultura. Causas sociais. Resgate de identidade cultural. Identidade que em muitos bairros – e sobretudo para os meninos – se é construída no sonho por bens materiais, que seriam conseguidos não pelo esforço e dedicação a algum trabalho útil socialmente, mas pelo engajamento e liderança no tráfico. Será que da falta de causas socialmente louváveis e da falta de espaços de identificação cultural se alimenta a guerra civil que assola o Brasil?

Uma forma de lidar com a agressividade já descrita por Winnicott, e que tem sido muito presente na clínica atual, é a saída masoquista, na qual o sujeito encontra o sofrimento, autopune-se e, ao mesmo tempo, expressa agressividade, assim aliviando seus sentimentos de culpa e desfrutando de excitação e gratificação sexual. Quantos jovens não apelam hoje a essa modalidade se ferindo e se cortando? Eles dizem só assim sentir “algo” (verdadeiro, poderíamos completar). Não são tentativas de suicídio, apesar de a psiquiatria, muitas vezes, as diagnosticar como tais ou como *borderlines* e entupir tais de antipsicóticos de última geração.

Na nossa experiência clínica, isso também é um apelo ao ambiente, acontecendo em geral com jovens que estão desacreditando do valor da palavra. Quase sempre seus pais não estão presentes ou,

quando estão, são incapazes de verdadeiramente ouvir esses jovens e muito mais de se inquietar e interrogar a si mesmos com as questões que lhes são endereçadas pelos filhos.

O sangue que escorre e a ferida que dói constituem, assim, o último refúgio de um eu submetido a uma adaptação mutiladora. Nesses pacientes, a escuta sensível na terapia costuma rapidamente esvaziar esse sintoma, caso se mostre bastante empática e bem ativa em reconhecer a verdade de seu sofrimento: a necessidade de ser reconhecido como alguém único, diferente dos pais, inédito. Muitas equipes de saúde poderiam muito bem ajudar esses jovens se fossem advertidas da importância de uma escuta atenta e empática.

Diz Winnicott:

Finalmente toda agressão que não é negada, e pela qual pode ser aceita a responsabilidade pessoal, é aproveitável para dar força ao trabalho de reparação e restituição. Por trás de todo jogo, trabalho e arte está o remorso inconsciente pelo dano causado na fantasia inconsciente, e um desejo inconsciente de começar a corrigir as coisas⁶. (p. 101)

O sentimentalismo negador também contém uma negação inconsciente da destrutividade subjacente à construção. Diz Winnicott: “só se soubermos que a criança quer derrubar a torre de cubos, será importante para ela vermos que sabe construí-la”⁶ (p. 101). Parafrazeando-o, poderíamos dizer: só se soubermos entender que ela está nos falando pelo corte na carne é que poderá advir um corte (advento de si, diferença radical) pela palavra.

Delinquência

Em uma palestra dirigida a magistrados, Winnicott disse que uma das questões que mais o preocupava com relação a esse tema era evitar os efeitos de uma atitude sentimentalista em relação ao crime. Para ele, o sentimentalismo seria sinal de ódio recalcado e, sendo assim, ele voltaria, mais cedo ou mais tarde.

Disse ele: “O crime produz sentimentos de vingança pública. A vingança pública redundaria em algo perigoso, se não fosse a lei e aqueles que têm por missão implementá-la [...] Só assim podem ser estabelecidas as bases de um tratamento humano ao infrator”⁶ (p. 128).

Ele desconstrói, portanto, nossa visão “boazinha” do tratamento. Para ele, a legislação e a justiça devem proteger o criminoso dos efeitos da vingança inconsciente e cega dos outros. Não seria algo disso o que está posto em jogo hoje na sociedade brasileira, nos horríveis casos de linchamento que ocuparam a mídia em tempos recentes? Uma sociedade que passa ao ato o desejo de vingança...

No mesmo texto, Winnicott define uma função paterna “faltante”, ou falha, nos criminosos:

Na delinquência plenamente desenvolvida [...] o que nos chama a atenção é a necessidade aguda que a criança tem de um pai rigoroso, severo, que proteja a mãe quando ela é encontrada. O pai rigoroso que a criança evoca também pode ser amoroso, mas deve ser, antes de tudo, severo e forte. Somente quando a figura paterna rigorosa e forte está em evidencia a criança pode recuperar seus impulsos primitivos de amor, seu sentimento de culpa e seu desejo de corrigir-se⁶. (p. 131)

Se o jovem fica inibido no amor, ele só poderá sentir a realidade da violência. Para Winnicott, o tratamento nesses casos não seria a Psicanálise, mas o “manejo”, precisando esses jovens ficar sob forte controle. Ele também nos indagou sobre nossas próprias limitações como psicanalistas, questionando se o que torna tão difícil receber esses pacientes em tratamento não é uma forma de resistência contratransferencial, desde que todos abominam ser roubados.

Destacamos desta leitura a ênfase no papel da função paterna, geralmente pouco lembrada nas divulgações da obra do Winnicott, e a nossa reflexão sobre o quanto essas indicações tão valiosas são absolutamente ignoradas pelo sistema judicial e penitenciário brasileiro. Vejamos.

Sobre políticas e serviços

Se atribuímos os problemas de violência e agressões a uma falha na fase precoce e narcísica do desenvolvimento desses jovens, decorreria disso que as abordagens terapêuticas precisariam levar em conta uma postura de *holding* e manejo^(b), que, sendo capazes de resistir às investidas agressivas desses jovens, seriam também capazes de limitar pela contenção, sem retaliar^{6,8}.

São capazes, ainda, de sobreviver a esses ataques (e aqui sobreviver significa muitas vezes ser capaz de se sustentar na função terapêutica). É essencial, como lembra Clare Winnicott⁶, que as crises possam ser atravessadas e não enfrentadas, no sentido de se passar por elas e não de reagir a elas.

Porém, é exatamente o contrário do que vemos acontecer na prática. Ante o primeiro desafio lançado por esses jovens, em muitos serviços destinados a jovens infratores a “punição” utilizada é o desligamento do serviço. O que equivale – do ponto de vista simbólico – a não sobreviver, privando esses jovens, assim, da possibilidade da reparação.

Às vezes, quando algum profissional bem formado suporta atravessar esse teste esperançado e duro, então, os frutos começam rapidamente a se manifestar clinicamente: os jovens começam a se implicar em seu tratamento, começam a ser capazes de lidar com a destrutividade por meio de atividades criativas (como esportes, pintura e música). Porém, muitas vezes, aí quando tudo começa a funcionar, esse profissional sai do serviço, ou as frequentes reorganizações do trabalho mudam as equipes de referência e o paciente é encaminhado a outro profissional com total desconhecimento do que está em jogo. A falta de continuidade e a fragmentação – neste tipo de caso – equivalem ao fracasso terapêutico.

Esse aspecto tem se mostrado quase sempre falho nos serviços públicos brasileiros nos quais a rotatividade de pessoal tem sido parte da falência crônica do Sistema Único de Saúde. Poderia ser diferente, deveria ser diferente. Diz-nos Clare Winnicott, no prefácio da obra “Privação e delinquência”:

O ponto de interação entre os que prestam e os que recebem cuidados é sempre o foco para a terapia neste campo de trabalho, e requer atenção e apoio constantes dos especialistas envolvidos, bem como suporte esclarecido dos administradores responsáveis⁶. (p. XV)

Não faz sentido atribuir a esses jovens falta de limites e organizar para eles serviços rígidos e cheios de regras, pois eles seriam “perversos”. Nem tampouco lhes recebermos repressão policial. E mais, isso constituiria um erro clínico. Porém, faria sentido poderem ser acolhidos em casas de passagens, moradias protegidas. O adolescente de tendência antissocial necessita de um lar (ou substituto) no qual, sob o cuidado dos pais (ou substitutos), possa regredir ao estágio no qual se formou a tendência antissocial e, então, diante de um ambiente mais acolhedor, reparar a privação sofrida. Famílias com certa organização podem muito bem prover esses cuidados a seus filhos, como ilustra o próprio Winnicott em alguns de seus relatos de casos⁷.

Isso tem sido praticamente impossível em um sistema que dissocia o cuidado clínico do manejo – Caps X Febem – sendo que em ambos os casos a força de trabalho tem dificuldade em assumir esse papel. Muitos trabalhadores que vão ocupar esses lugares nas Fundações Casa da Vida (nome dado à Febem no Estado de São Paulo, como se a mudança de nome garantisse a característica de lar) têm eles próprios problemas mal resolvidos com sua própria agressividade e se utilizam do lugar de poder não para encarnar uma função paterna severa e forte, mas sim uma

^(b) *Holding* e *handing* são dois conceitos centrais para Winnicott, frequentemente traduzidos como suporte e manejo. Caracterizam funções necessárias para a constituição de um sujeito humano. Winnicott os inclui no que ele chama de “função materna” e contribuem para desenvolver no bebê a sensação de continuidade de ser e segurança.

função do patrão sádico. Insistindo: a figura da qual precisam esses jovens precisa ser firme, rigorosa e forte, mas também justa e amorosa.

Outra questão que não contribui para o bom desempenho das instituições criadas para acolher esses jovens na realidade brasileira atual é a grande carga de responsabilidades colocada sobre funcionários que são chamados de educadores ou monitores, mas que carecem de educação formal que os habilite para lidar com essas questões e que não foram selecionados atentando para as qualidades pessoais que deveriam possuir. Winnicott⁶ falava que era muito importante que a seleção de pessoas para esses trabalhos fosse feita com muito critério e avaliando mais aquilo que a pessoa era (o grau de maturidade pessoal, diria ele) do que a educação formal que possuía. Concordamos. Porém, também destacamos que a educação formal pode oferecer dispositivos de reserva pessoal^{9,10}, ou seja, recursos para retomar um contato defensivo – sempre necessário – com o próprio eu, e, assim, suportar as dificuldades do trabalho.

Nessas organizações, também é muito raro os trabalhadores contarem com estratégias de supervisão institucional que poderiam ajudá-los. Assim, produz-se uma espécie de depósito dos duplamente excluídos da sociedade: jovens infratores e seus supostos cuidadores, que são isolados, sozinhos e lançados à encenação das próprias defesas e agressividade. O pai firme e forte que deveria ser o Estado brilha pela sua ausência.

No caso brasileiro, isso se agrava por meio de mais violência e das falhas do amadurecimento que séculos de intensa desigualdade social contribuíram para produzir. Muitas mães, nas periferias das grandes cidades, já foram elas mesmas vítimas de falta de reconhecimento, carentes de um olhar que lhes servisse de espelho⁸.

Grande parte dessas famílias são monoparentais, carecendo essas mulheres do respaldo e *holding* que um companheiro ou família poderiam propiciar, uma forma mais tranquila de se viver a maternidade. Muitas sofrem carências materiais importantes e a elas a política pública costuma somente prescrever regras (“faça isto ou aquilo”, “venha em tal ou em tal horário”), e não oferecer *holding*^{9,10}.

Se o Brasil quiser interromper essa cadeia infinita de desigualdade e exclusão precisa de investimento robusto e consistente em políticas sociais e de proteção para essas mães e jovens.

Não somente nos faltam creches; faltam-nos boas creches. Não somente nos faltam vagas nos abrigos para jovens, mas também nossos abrigos violentam e não abrigam ninguém. As comunidades precisam de espaços culturais abertos à noite e nos fins de semana, cheios de propostas e atrativos para que os jovens possam se identificar. E nossas políticas precisam de continuidade e qualificação.

Um último aspecto que vale a pena destacar é a desigualdade brasileira, não já no campo fartamente conhecido da vida econômica e social, mas em relação à justiça. Muitas das saídas violentas e agressivas de revolta a que temos assistido têm a ver com uma espécie de rolar solto – na pura atuação – da sensação de vingança inconsciente da qual nos falou Winnicott. Uma atitude de linchamento que se sustenta na falta de esperança de que a justiça realmente será feita.

Finalizando, pelas argumentações que tentamos construir, defendemos a necessidade de repensar as políticas públicas para esses jovens infratores com investimento na capacitação e supervisão clínica dos trabalhadores que cuidam deles, para que abrigos, residências e repúblicas protegidas possam cumprir seu papel reparador e não punitivo. Se isso for feito, milhares de jovens retomarão seu papel social de recriar as coisas dos homens na pólis. Produzindo, criando, criticando.

Para que não percamos a esperança, vejamos em uma pessoa socialmente útil e criativa a confissão de suas condutas antissociais na infância e juventude: “Era uma rua onde não passavam bondes e raro era o carro que aparecia. No meio do meu silêncio e do silêncio da rosa, havia meu desejo de possuí-la como uma coisa só minha”¹¹ (p. 361). Ela e uma amiga entravam correndo no jardim, colhiam uma rosa e fugiam. Continua ela:

Foi tão bom que simplesmente passei a roubar rosas. O processo era sempre o mesmo: a menina vigiando, eu entrando, eu quebrando o talo e fugindo com a rosa na mão. Sempre com o coração batendo e sempre com aquela glória que ninguém me tirava¹¹. (p. 361)

Alguém a condenaria para sempre?

Referências

1. Waiselfisz JJ. Mapa da violência no Brasil [mapa] [Internet]. Brasília: Flacso; 2015 [citado 3 Jun 2016]. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapa2015_SumarioExecutivo.pdf.
2. Groarke S, Managed L. Managed lives: psychoanalysis, inner security and the social order. London: Routledge; 2013.
3. Woodward I. Towards an object-relations theory of consumerism: the aesthetics of desire and the unfolding materiality of social life. *J Consum Cult.* 2011; 11(3):366-84.
4. Caldwell L. Winnicott and the psychoanalytic tradition: interpretation and other psychoanalytic issues. London: Karnac Books; 2007.
5. Winnicott DW. O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artmed; 1983.
6. Winnicott DW. Privação e delinquência. 4a ed. São Paulo: Martins Fontes; 2005.
7. Winnicott DW. Consultas terapêuticas em psiquiatria infantil. Rio de Janeiro: Imago, 1984.
8. Winnicott DW. A família e o desenvolvimento individual. 4a ed. São Paulo: Martins Fontes; 2013.
9. Onocko-Campos RT. Psicanálise e saúde coletiva. São Paulo: Hucitec; 2012.
10. Figueiredo LC, Coelho NE Jr. Ética e técnica em psicanálise. 2a ed. São Paulo: Escuta; 2008.
11. Moser B. Clarice, uma biografia. São Paulo: Cosacnaify; 2009.

Onocko-Campos R. Comportamiento antisocial en los jóvenes como secuela de privación: contribuciones de la clínica winnicottiana para las políticas públicas. *Interface (Botucatu).* 2018; 22(67):1091-8.

Este artículo, siguiendo una ruta entre el Psicoanálisis y la Salud Pública, utiliza diversas categorías de la clínica winnicottiana para repensar los abordajes de las políticas públicas brasileñas para los jóvenes infractores y sus familias. Hay muchos jóvenes que enfrentan problemas de violencia en el Brasil actual. Para el abordaje clínico psicoanalítico basado en las contribuciones de D. W. Winnicott, ese problema surge de una falla en la fase inicial, durante el desarrollo narcísico. El artículo también analiza los obstáculos de esas políticas en el contexto actual y busca proporcionar informaciones para obtener la eficacia deseada de esas prácticas y para proyectar procesos educativos adecuados para trabajadores sociales y de salud. Se espera contribuir para un entrecruzamiento incipiente, aunque fértil, de campos disciplinarios diferentes, colocando el Psicoanálisis de Winnicott en contacto con cuestiones urgentes de nuestro tiempo, como se ha visto en algunas publicaciones internacionales recientes en el campo.

Palabras clave: Jóvenes. Clínica psicoanalítica. Políticas públicas. Salud Pública. Winnicott

Submetido em 25/06/17. Aprovado em 17/12/17.